

ARRANJO PRODUTIVO LOCAL, FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NA CIDADE DE IMBITUVA-PR

*LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENT,
FORMATION OF SOCIAL CAPITAL AND
DEVELOPMENT IN THE IMBITUVA CITY*



Resumo

A busca pelo desenvolvimento local é incessante. Sabe-se que para alcançar o desenvolvimento a região depende de fatores externos — sob os quais ela não possui domínio —, e também de elementos endógenos sob os quais se tem algum controle. Este trabalho estuda o Arranjo Produtivo Local (APL) como estratégia de desenvolvimento para as regiões, focando o papel dos atores locais e a importância do capital social. É feito um estudo de caso no APL de malhas de Imbituva-PR, pois, além de ser uma estratégia de sobrevivência e competitividade das empresas, é uma fonte efetiva de fomento à elevação do nível de capital social dentro do APL e em seu entorno, ocasionando, assim, rebatimentos à comunidade, além da geração de emprego e renda.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local. Capital Social. Imbituva-PR.

Abstract

The search for the local development is incessant. The development of the regions depends on external factors, over which it does not possess any domain, and also of endogenous elements, over which it has some control. This work paper studies the Local Productive Arrangement as a strategy of local development for the city of Imbituva in Parana, Brazil. A study case of the APL is developed, for the fact that, in addition to being a strategy for survival and competitiveness of enterprises, it is also an effective source of encouragement to increase the level of social capital inside APL and its surroundings, causing, therefore, impact in the community, besides the generation of employment and income.

Keywords: Local Productive Arrangement. Social Capital. Imbituva City.

¹ Artigo baseado na dissertação de mestrado de Richer de Andrade Matos, também colaborador, intitulada **Arranjo produtivo local (APL) como gerador de capital social: o caso do APL de Imbituva-PR**, aprovada, em 2009, no Programa de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento do Centro Universitário Franciscano do Paraná - FAE.

² Mestre em Organizações e Desenvolvimento pela FAE. Professor da FAE Centro Universitário. E-mail: richer.matos@fae.edu.

³ Mestre em Teoria Econômica pela UEM. E-mail: fmonarin@yahoo.com.br

⁴ Doutor em Engenharia de Produção pela UFSC. Professor do Programa de Mestrado em Organizações e Desenvolvimento da FAE Centro Universitário. E-mail: acaron@fae.edu.

⁵ Doutor em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). E-mail: gilson.oliveira@unila.edu.br.

1 Introdução

A expansão de uma atividade ou de atividades econômicas que possam impulsionar uma região ao desenvolvimento deve ser planejada com a consciência de que tanto atividade quanto região estão atreladas a um âmbito superior, ou seja, seu Estado e/ou país e toda sua superestrutura.

Boisier (1989) destaca três variáveis determinantes do desenvolvimento regional, as quais remetem a duas variáveis que estão fora do poder de decisão da região (política macroeconômica e a importância que a região tem para o País) e uma endógena à região, a única sobre a qual tem algum poder de influência, ou seja, a capacidade de organização social de seus atores.

Becker (2003) expõe que a reação positiva a estímulos externos, por parte de uma região, ao desenvolvimento resultará da capacidade organizacional dos agentes regionais (econômicos, sociais e políticos) de superar as contradições e resolver os conflitos por meio da integração dos interesses locais com os interesses socioambientais regionalizados, e destes com os interesses econômico-corporativos transnacionalizados.

A capacidade organizacional a que ambos os autores se referem (BOISIER, 1989; BECKER, 2003) está alicerçada no capital social, mais especificamente de um tipo identificado e validado no século XX. Esse capital social reflete a capacidade de cooperação entre atores para o alcance de objetivos coletivos.

Atualmente, tem-se também que o fomento às atividades econômicas é um dos principais meios para se almejar com maior rapidez o desenvolvimento de regiões. Dessa forma, pode-se inferir que estratégias específicas a cada segmento e a cada região devam ser estimuladas para o sucesso das instituições locais e, conseqüentemente, de todo o seu entorno.

Nesse sentido, o Arranjo Produtivo Local (APL) representa uma estratégia organizacional local que também está atrelada a outras condicionantes

externas à região, ou seja, política macroeconômica executada pelo governo, e a importância da região para o País.

O APL visa, em última instância, à sobrevivência dos atores participantes a qual é quase exclusivamente a única “preocupação” dos envolvidos. Muitas vezes, nos APLs, o capital social é relegado ao segundo plano, tendo pouca ou nenhuma importância na pauta de prioridades dos atores envolvidos.

Isso posto, o trabalho tem por objetivo geral verificar se o APL de malhas tricô de Imbituva, no estado do Paraná, tem realmente contribuído para a geração e elevação do capital social entre os atores diretamente envolvidos no arranjo.

Como objetivos específicos, procurar-se-á: discutir o desenvolvimento local; analisar a possível relação entre APL, capital social e o desenvolvimento local; evidenciar as ações iniciadas dentro do APL de malhas de Imbituva que podem contribuir para a expansão do nível de capital social local.

Optou-se por realizar o estudo no APL de malhas tricô de Imbituva, no Paraná. Tal opção se deu em função da importância desse segmento, que atua como gerador de postos de trabalho e renda no município, conforme será analisado com maior detalhamento no item 3, como também por ser tido, dentre os APLs validados no estado pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes), como um dos que mais evoluíram rumo à consolidação do modelo nos últimos anos.

A pesquisa tem cunho exploratório, cujo método optado foi o estudo de caso. O levantamento de dados se deu de forma quantitativa e qualitativa. No âmbito quantitativo, foram analisados dados secundários obtidos junto a fontes específicas, como a Secretaria da Fazenda (SEFA), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ipardes, entre outros. Esses dados são referentes aos aspectos socioeconômicos da região. Complementarmente, a partir da aplicação de questionário semiestruturado, realizou-se um levantamento junto aos

atores selecionados (empresários) envolvidos diretamente com o APL de Imituva.

Uma vez que o objetivo é constatar a capacidade de expansão do capital social a partir do APL, optou-se por realizar a amostragem com entrevistas a partir dos empresários participantes do projeto APL, instituído pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Afinal, a existência de capital social não é garantida pela simples presença de organizações que aproximam as pessoas para um fim comum, como alega Spellenberg (2001).

Imbituva conta atualmente com 42 malharias, das quais, até o momento, apenas 29 participam do projeto APL coordenado pelo Sebrae.

A pesquisa de campo foi realizada em de janeiro de 2009, com 13 integrantes do APL (todos participantes do projeto APL do Sebrae), individualmente. Também se entrevistou a secretária, e também proprietária da Imitumalhas.

2 Arranjos Produtivos Locais (APLs) e Capital Social

Para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2007) os APLs são aglomerações de empresas de um determinado setor ou cadeia.

Caporali e Volker (2004) corroboram ao conceituar APL como um tipo particular de *cluster*, formado por pequenas e médias empresas agrupadas em torno de uma profissão ou de um negócio, que enfatizam o papel desempenhado pelos relacionamentos – formais e informais – entre empresas e demais instituições envolvidas. As firmas compartilham uma cultura comum e interagem, como um grupo, com o ambiente sociocultural local.

Alguns autores optam por uma definição mais orientada a partir do tamanho das empresas. Mytelka e Farinelli (2000) caracterizam APLs como sendo, em geral, constituídos por micro e

pequenas empresas com baixo nível tecnológico, cujos proprietários/administradores possuem pouca ou nenhuma capacidade e formação gerencial/administrativa. Também a mão de obra é pouco qualificada, sendo seu treinamento uma prática pouco usual.

Face às pequenas ou inexistentes barreiras à entrada, o número de empresas tende a ser muito grande, o que, de um lado, proporciona uma dinâmica acentuada na geração de emprego, por outro, dificulta o processo de cooperação interfirmas. Para Mytelka e Farinelli (2000), essa é a razão pela qual a capacidade de mudança de patamar, no que tange à capacidade de inserção dinâmica, à geração de novos processos e produtos, etc., é pequena. Esses arranjos são típicos aglomerados de monoprodutores de pequenas e médias empresas (PMEs), em que o esforço de inovação se limita à cópia sem adaptação.

Nesse quesito, o BNDES (2007, p. 32) aponta que os APLs são constituídos, geralmente, por micro, pequenas e médias empresas:

[...] uma vez que as grandes quase nunca precisam de instituições de cooperação multilateral para se beneficiarem de ganhos de escala e escopo. Grandes empresas, nos setores que dominam, geralmente internalizam sozinhas os ganhos de escala e escopo, ou então fazem parcerias estratégicas com outras empresas, mas geralmente trata-se de cooperação bilateral e definida por negociação independente de instituições multilaterais, senso de comunidade ou outras questões desse tipo [...] diferentemente das pequenas, as grandes empresas não precisam de políticas públicas para obter a cooperação bilateral ou multilateral que por ventura necessitem. Os setores dominados por grandes empresas também não dependem tanto que suas plantas industriais estejam próximas a centros de pesquisa e ensino ou em locais que possuem uma sofisticada demanda tecnológica, ainda que muitas empresas se beneficiem fortemente ao ter alguns de seus escritórios ou unidades de P&D em tais locais.

Observando a explanação dos conceitos, é possível constatar que todo APL é um tipo de *cluster* e uma base econômica, não simplesmente uma atividade exportadora em determinada localidade ou região como também uma atividade exportadora com características estruturais específicas de um aglomerado produtivo.

O capital social acumulado em um determinado arranjo produtivo é a condição principal para a cooperação, a formação das redes, associações e consórcios de pequenos produtores e empresas e a difusão do conhecimento.

Um APL não constitui necessariamente um complexo industrial, uma vez que o arranjo geralmente é especializado numa determinada atividade principal. O APL também não pode ser caracterizado como um polo de desenvolvimento, uma vez que um polo abrange uma série de atividades econômicas, não sendo dependente de apenas um ou outro segmento ou cadeia; embora haja possibilidade de um APL iniciar um processo de criação e fortalecimento de uma região como polo de desenvolvimento.

O modelo ideal de APL deve contar com a presença de instituições de apoio, como fornecedores especializados, universidades, associações de classe e instituições governamentais proativas no local, centros tecnológicos, centros de treinamento de mão de obra, instituições que façam coleta e difusão de informações, apoio técnico, instituições de crédito, entre outras (BNDES, 2007, p. 23).

Amaral Filho (2002) insere, ainda, as variáveis capital social, estratégia coletiva de organização da produção, estratégia coletiva de mercado e a articulação político-institucional como sendo de suma importância ao desenvolvimento de um APL.

Capital social, em conformidade com o autor, é o acúmulo de compromissos sociais construídos pelas interações sociais em uma determinada localidade. Esse tipo de capital se manifesta pela confiança, normas e cadeias de relações sociais e, ao contrário do capital físico

convencional, que é privado, aquele é um bem público. O principal aspecto desse capital é a confiança, construída socialmente por meio de interações contínuas entre os indivíduos. O capital social acumulado em um determinado arranjo produtivo é a condição principal para a cooperação, a formação das redes, associações e consórcios de pequenos produtores e empresas e a difusão do conhecimento. É também a principal fonte da coordenação e da governança do APL.

Nota-se, então, que a variável capital social ganha grande importância na estratégia de APLs, sendo um dos pilares para tal modelo. O capital social acumulado na região também tende a fortalecer a capacidade de organização social dos atores locais, contribuindo, assim, espontaneamente para a majoração do aproveitamento de oportunidades futuras para o crescimento e desenvolvimento local.

Sabe-se que o modelo de APL apresenta-se na atualidade como uma das alternativas na busca do crescimento e desenvolvimento de regiões. Essas unidades poderão atender às necessidades de sobrevivência do seu público, mas, ao mesmo tempo, fundamentar, ou não, uma prática mais ampla, configurando-se em uma iniciativa de qualificação das estruturas internas necessária ao fortalecimento do capital social e humano dessas sociedades.

2.1 Capital Social: conceituação e caracterização

Fukuyama (1996) define capital social como uma capacidade que decorre da prevalência de confiança numa sociedade ou em certas partes dela. O autor ainda salienta que a diferença entre o capital social das outras formas de capital humano é que aquele é gerado e transmitido por mecanismos culturais, como religião, tradição e hábitos históricos.

Para Coleman (1990), o capital social é uma consequência do engajamento de indivíduos em atividades que exigem sociabilidade. O autor analisou o conceito para demonstrar como os laços sociais e as normas compartilhadas podem fomentar a eficiência econômica e também contribuir para que as pessoas sejam mais educadas, encontrem empregos e possam acumular capital.

O capital social não é uma entidade única, pois acontece e é fortalecido em âmbitos, dimen-

sões e relações diversas. Por isso é tido como multidimensional.

Woolcock (2000 *apud* Bandeira, 2007, p. 101) afirma que

[...] atualmente, ganha força o consenso na definição de capital social na qual o mesmo é tido como sendo constituído pelas normas e redes que facilitam a ação coletiva. Além disso, destaca o autor, é necessário também distinguir entre as fontes e as consequências do capital social. As fontes são, principalmente, as redes sociais, formais ou informais. Confiança, tolerância e normas de reciprocidade, bem como outras atitudes e disposições comportamentais que contribuem para aumentar a propensão à cooperação, devem ser consideradas como resultado dos processos de interação que ocorrem dentro das redes que constituem as fontes do capital social.

Seguindo o exposto por Woolcock quanto aos fatores a serem analisados para se identificar a existência (fonte) e a intensidade (consequências) do capital social numa da região, Bandeira (2007) evidencia como primordiais: “A participação em associações voluntárias” e “as redes informais de sociabilidade”, ambas para identificar a existência das fontes; a “participação política” e também a variável “confiança” para a averiguação da inten-

sidade (consequências) do capital social na região a ser estudada.

No que tange às consequências do capital social, tratando-se da variável “participação política”, Bandeira (2007) destaca que ações como: afiliações a partidos políticos; participação em manifestações, comícios ou protestos; participação em reuniões sobre temas políticos; doações para partidos políticos; trabalho prestado a algum candidato; visita a algum partido político, na tentativa de sanar algum problema da comunidade; percentual de pessoas que votariam, ainda que o voto não fosse obrigatório; entre outras, são algumas das fontes que aumentam a intensidade do capital social local.

Por último, o aspecto “confiança”, segundo Bandeira (2007), é considerado pela literatura como uma das principais consequências do capital social. O mais utilizado refere-se à “confiança generalizada”, ou seja, a confiança em outras pessoas, instituições e organizações.

Flores e Rello (2001) sintetizam os conceitos de capital social, suas fontes e reflexos, segundo estudos de importantes autores e instituições que se propuseram e se propõem a estudá-lo.

QUADRO 1 – DEFINIÇÕES SELECIONADAS DE CAPITAL SOCIAL E CLASSIFICADAS DE ACORDO COM SUAS FONTES, A AÇÃO COLETIVA POSSÍVEL E SEUS RESULTADOS

Autor	Fuentes e infraestructura	Acción colectiva	Resultados
Coleman, 1990	Aspectos de La estructura social	Que facilitan ciertas acciones comunes de los actores dentro de la estructura	
Bourdieu, 1985	Redes permanentes y membresía a um grupo		Que aseguran a sus miembros um conjunto de recursos actuales o potenciales
Putnam, 1993	Aspectos de las organizaciones sociales, tales como las redes, las normas y la confianza	que permiten la acción y La cooperación	para beneficio mutuo (desarrollo y democracia)
Woolcock, 1998	Normas y redes	que facilitan La acción colectiva	y el beneficio común
Fukuyama, 1995	Recursos morales, confianza y mecanismos culturales,	que refuerzan los grupos sociales	
Neo-weberianos	Lazos y normas	que ligan a los individuos dentro de organizaciones	
Banco Mundial 1998	Instituciones, relaciones, actitudes y valores	que gobiernan la interacción de personas	y facilitan el desarrollo económico y la democracia

FONTE: Flores e Rello (2001, p. 02)

O capital social não é uma entidade única, pois acontece e é fortalecido em âmbitos, dimensões e relações diversas. Por isso é tido como multidimensional.

2.2 APLS, Capital Social, Associativismo e Desenvolvimento Local

O BNDES (2007), ao analisar a importância da cooperação dentro dos *Distritos Industriais Italianos*, aponta que além da importância dessa cooperação dentro das relações interempresas, ela também permite a existência de um maior nível de democracia e de envolvimento dos entes públicos com as necessidades econômicas e sociais daquela região.

Baquero e Baquero (2007, p. 137), ao analisar o trabalho de Fukuyama (1995), sustentam que:

[...] a habilidade de cooperar socialmente depende de hábitos, tradições e normas anteriores as que servem para estruturar o mercado. Segundo essa linha de pensamento, é mais provável que uma economia de mercado tenha sucesso em virtude dos estoques de capital social, ao invés de a economia ser a causa de democracias estáveis. Se esse capital é abundante, então tanto o mercado como a democracia prosperará e o mercado pode, de fato, incidir no desenvolvimento de uma sociabilidade que reforça as instituições democráticas.

Ainda em conformidade com Baquero e Baquero (2007), as ciências sociais têm aceitado, sem maiores polêmicas, a compreensão de que o desenvolvimento humano, além de depender das instituições econômicas na provisão de bem-estar material para os membros da sociedade, é impactado,

também, por outras instituições cujo papel seria proporcionar “felicidade” aos cidadãos. Dentre essas instituições, destaca-se a democracia, instituição política desejada de nosso tempo. Nessa perspectiva, a democracia, muitas vezes, tem sido considerada como a instituição mais importante no e para o bem-estar das pessoas.

Franco (2001) aponta a importância do capital social, afirmando que em uma região de elevado nível de capital social, as sociedades, ou parte delas, exploram melhor as oportunidades ao seu alcance; as organizações tornam-se mais eficientes; os chamados custos de transação são reduzidos; as instituições funcionam melhor; reduz-se a necessidade do uso da violência na regulação de conflitos; mais bens públicos e privados são produzidos; mais atores sociais são constituídos e a sociedade civil torna-se mais forte.

Segundo Putnam (1997 *apud* Baquero e Baquero, 2007, p. 137),

pesquisas empíricas levadas a cabo num contexto amplo têm confirmado que as normas e redes de engajamento cívico (capital social) podem melhorar a educação, diminuir a pobreza, controlar o crime, propiciar o desenvolvimento econômico, promover melhores governos e até reduzir os índices de mortalidade.

Quanto à gênese do capital social, duas correntes são observadas: uma que diz ser o capital social fruto de padrões de longo prazo, na região; e outra para a qual iniciativas privadas ou públicas podem promover a participação dos atores locais.

3 O APL de Imbituva e a Geração de Capital Social

O município de Imbituva⁶ está localizado na mesorregião Sudeste do estado do Paraná, mais precisamente na Microrregião Geográfica (MRG) de

⁶ Na época de sua fundação, em 1870, recebeu o nome de Arraial do Cupim devido à conformação geológica de um dos pousos de tropeiros. Considerou-se como fundador de Imbituva um tropeiro, natural de Faxina, que, em 1871, abandonou o comércio das tropas e fixou-se em Cupim com alguns companheiros, dando início à construção da vila. Os primeiros povoadores eram procedentes da então Capitania de São Paulo. Mais tarde, chegaram os imigrantes, principalmente alemães, poloneses e russos. Em 1881, foi denominado Freguesia de Santo Antônio de Imbituva, e, em 1951 passou a chamar-se Imbituva, termo que significa, em tupi-guarani, “local com abundância de imbê (cipó-imbê)” (IPARDES, 2006, p. 05).

Prudentópolis, a qual é composta pelos municípios de Ivaí, Ipiranga, Guamiranga, Teixeira Soares, Fernandes Pinheiro, Imbituva e Prudentópolis. Situa-se a uma distância de 181 quilômetros da capital do estado, e de 76 quilômetros de Ponta Grossa, ocupando uma área de 676 quilômetros quadrados. O município foi criado em 1910, mediante a Lei Estadual nº 938, quando se desmembrou de Ponta Grossa (IBGE, s/d).

Em 2007, de acordo com Ipardes (2009), a população total de Imbituva era de 27.044 habitantes, representando 21,5% do total da população da MRG de Prudentópolis. Em 2000, a população economicamente ativa (PEA) representava 44,4% do total de habitantes do município.

O município de Imbituva apresentou IDH-M⁷ de 0,727, inferior à média estadual, que era de 0,787, sendo uma das municipalidades que compunham os 72% dos municípios paranaenses com IDH-M inferior ao do Brasil (0,764), em 2006, de acordo com o Ipardes (2006, p. 06).

O PIB nominal do município, em 2006, foi de R\$ 190,68 milhões, o qual fora composto por, de acordo com o valor adicionado, 23,2% do setor agropecuário, 24% da indústria e 52,7% do setor de serviços, de acordo com IBGE (2009).

3.1 O APL de Malhas de Imbituva

A MRG de Prudentópolis caracteriza-se pela predominância da atividade industrial no ramo madeireiro. Contudo, o trabalho realizado pelo Ipardes e Secretaria do Planejamento (SEPL) (IDENTIFICAÇÃO..., 2005a), constatou a existência de uma concentração de malharias nessa

microrregião, destacada pelos dados referentes às CNAEs⁸ 1771 e 1779, obtidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

O Ipardes (2005a), durante o processo de mapeamento dos APLs no Paraná, constatou a existência de 35 empresas na MRG de Prudentópolis, das quais 32 estão localizadas no município de Imbituva, por meio da RAIS do Ministério do Trabalho (MTE) de 2004.

As classes de atividade examinadas para esse fim foram a CNAE 1771 (fabricação de tecidos de malha) e a CNAE 1779 (fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malha).

Essas classes indicaram a existência de 32 estabelecimentos vinculados à atividade de malharia no município de Imbituva.

Na sequência, foram consultados o cadastro industrial da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), de 2005, bem como o cadastro de empresas da Secretaria do Estado da Fazenda (SEFAZ), com dados de 2002.

A relevância da atividade de malharia para o local destaca-se a partir da análise do Quociente Locacional⁹ (QL), indicador que demonstra a importância dessa especialização no contexto regional e local. Os valores do QL para as CNAEs 1771 e 1779 são elevados (17,39 e 20,42, respectivamente), indicando que a MRG de Prudentópolis conta com forte especialização produtiva no segmento de malharia, relativamente às demais microrregiões paranaenses (Ipardes, 2005a).

Imbituva comporta o maior número de empresas produtoras de malhas retilíneas e tricô do estado, de acordo com os dados da RAIS, caracterizando uma aglomeração com significativa importância para a economia local, em termos de geração de emprego e renda, segundo o Ipardes (2006).

⁷ Trata-se do IDH municipal.

⁸ A Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) é um instrumento padrão de classificação para identificação das unidades produtivas no Brasil, sob o enfoque das atividades econômicas existentes. A tabela de CNAEs foi desenvolvida pelo IBGE.

⁹ O QL indica a concentração relativa de uma determinada classe da indústria numa microrregião, comparativamente à participação dessa mesma indústria no estado. Assim, a verificação de um QL elevado em determinada indústria numa região, indica a especialização da estrutura reprodução local naquela indústria.

Em nível regional, dos 35 estabelecimentos existentes na MRG de Prudentópolis, 32 encontravam-se instalados em Imbituva, e, em termos de emprego direto, dos 151 vinculados ao ramo de malharias, em 2004¹⁰, 139 estavam registrados em empresas do município, o que revela a concentração espacial da atividade nesse local.

A Tabela 1 apresenta uma série histórica da evolução do número de estabelecimentos e de empregos diretos no APL de malhas de Imbituva.

TABELA 1 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, EMPREGOS DIRETOS E EMPREGOS POR ESTABELECIMENTO NO RAMO DE MALHARIAS, EM IMBITUVA, NO PERÍODO DE 1994 A 2009

Ano	Estabelecimentos	Empregos Diretos	Média de Empregos por Estabelecimento
1994	16	31	1,94
1995	27	27	1,00
2000	34	145	4,26
2003	37	142	3,84
2004	32	139	4,34
2009*	42	172	4,10

FONTE: MTE-RAIS apud Ipardes (2006, p.13).

* Dados coletados durante a pesquisa de campo, junto à IMBITUMALHAS

Analisando a tabela, observa-se um crescimento do número de estabelecimentos, entre 1994 e 2009, de 16 para 42. Quanto à dinâmica do mercado de trabalho, nota-se, entre 1994 e 2009, um incremento de 455% no emprego gerado no ramo de malharias da cidade. Percebe-se, também, um aumento no número de malharias,

na ordem de 163%, nesse mesmo período; enquanto o número médio de empregados por estabelecimento mais que dobrou.

Outro quesito observado para a constatação do aglomerado como um APL foi a existência de uma associação das malharias, a Imbitumalhas. Fundada em 26 de fevereiro de 1987, a associação possui sede própria e uma secretária. O corpo administrativo, formado por empresários do setor, é composto pelo presidente, vice-presidente, tesoureiro e segundo tesoureiro, primeira e segunda secretárias, e um conselheiro fiscal. A associação conta com a adesão de 100% dos empresários do setor de malhas de Imbituva e é a responsável pela organização da feira anual de malhas, a FEMAI.

A Imbitumalhas é composta, atualmente, por 42 malharias do município de Imbituva, porém, apenas 28 integram o projeto APL, apoiado pelo Sebrae.

E embora a Imbitumalhas conte com a adesão de todas as malharias do município, apenas 29¹¹ participam atualmente do Projeto de Competitividade do Sebrae.

Imbituva comporta o maior número de empresas produtoras de malhas retilíneas e tricô do estado, de acordo com os dados da RAIS, caracterizando uma aglomeração com significativa importância para a economia local, em termos de geração de emprego e renda.

¹⁰ Ano em que fora realizado o levantamento do Ipardes, no qual se caracterizou o aglomerado como um APL, em Imbituva.

¹¹ Não há custo ou critério algum imposto para que as malharias participem do projeto APL dirigido pelo Sebrae. O projeto é aberto a todas as empresas do setor.

TABELA 2 – NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS POR EMPRESA, NO APL DE IMBITUVA-PR

Qde de funcionários por empresa	Nº de empresas
1	9 malharias
2	5 malharias
3	2 malharias
4	3 malharias
5	2 malharias
6	1 malharia
7	2 malharias
9	2 malharias
10	2 malharias
11	2 malharias
12	1 malharia
14	1 malharia
19	1 malharia
Total de Funcionários	172

FONTE: ANDRADE MATOS (2009).

A instituição é uma das principais parceiras do APL de Imbituva e o projeto é um dos aglutinadores dos atores envolvidos. É por meio dessa parceria que o APL passou a se fortalecer desde que fora oficialmente instituído pelo Iparde, em 2004. Dentre as principais ações do Sebrae está a consultoria concedida ao APL, na qual, anualmente, é traçado o planejamento estratégico do arranjo, e também se avalia as ações indicadas no ano anterior.

O APL conta, além do Sebrae, com outras instituições parceiras, como o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Paraná (Sinditêxtil), Federação das Indústrias do estado do Paraná (FIEP), do governo do estado, de entidades de fomento como BNDES e bancos comerciais públicos e privados, além da própria Imbitumalhas.

O APL conta com uma governança própria, distinta do corpo administrativo da Imbitumalhas (que nesse caso torna-se mais uma parceira do arranjo). Atualmente dois empresários constituem a governança do arranjo, os quais foram eleitos pelos empresários do setor.

O APL é constituído por micro e pequenas empresas, tomando-se por base a classificação realizada pela Secretaria da Fazenda e BNDES¹², conforme relata o Iparde (2005a), condição já exposta como de grande importância para a instituição de um arranjo.

Quanto ao número de postos de trabalho gerados, verifica-se que algumas malharias não possuem funcionários. Nesse caso, o proprietário é o responsável pelas principais execuções, terceirizando, geralmente, o arremate das peças. Na maior das malharias, 19 funcionários fazem parte do quadro atualmente. Mesmo nesse caso, também há terceirização de algumas etapas da produção. Somando-se ao número de funcionários diretos, o número de prestadores de serviços (terceiros), o total de empregos gerados pelo APL aproxima-se a 700 postos de trabalho.

Após a caracterização do APL, a próxima seção apresentará a discussão dos resultados observados durante o trabalho de campo.

¹² De acordo com a SEFA do Paraná, micro empresas são aquelas com faturamento anual abaixo de R\$ 216.000,00; as pequenas devem faturar entre R\$ 216.001,00 e R\$ 10,5 milhões; as médias devem se situar na faixa de R\$ 10,501 milhões até R\$ 60 milhões; e as grandes, a partir de R\$ 60,001 milhões.

4 Discussão dos Resultados

Antes de comentar os resultados, cabe ressaltar que as ações que geram capital social e aquelas que foram realizadas a partir da existência desse capital se retroalimentam. Por isso, a exposição das constatações e interpretações realizadas a partir da pesquisa de campo não estão dispostas conforme o tipo de ação (geradora ou de reflexo).

4.1 Quanto à Percepção Individual sobre a Importância da Cooperação e sua Evolução dentro do APL

Uma das primeiras constatações realizada durante o trabalho de campo foi a partir da reunião que o pesquisador presenciou, cuja finalidade do grupo era a elaboração do planejamento estratégico para 2009. Observou-se que nem todos os empresários, proprietários de malharias do município, participam do projeto APL institucionalmente constituído pelo Sebrae. Do total de 44 malharias, apenas 29 participavam, até o momento da realização da pesquisa de campo, do projeto do Sebrae.

Nota-se que todos são associados à Imbitumalhas, porém, não se dispõem a fazer parte do projeto APL instituído. E provavelmente apenas fazem parte de associação para poderem participar da tradicional feira de malhas, cuja organizadora é a própria Imbitumalhas.

Entre as principais causas apontadas pelos integrantes ao explicarem a não participação de algumas malharias no projeto está a baixa importância que essas dão à atividade, pois alguns proprietários e proprietárias têm a atividade têxtil como secundária na composição da renda familiar. Em alguns casos, trata-se de proprietárias cujos esposos possuem outros negócios.

Assim, de acordo com alguns entrevistados, a adesão ao projeto não é total em função da escassez de tempo dessas pessoas, que já dedicam parte do dia ao lar, auxiliam nos negócios do marido e ainda tocam sua produção. Por isso, não estariam dispostas em assumir compromissos dentro do grupo. Já, para outros entrevistados, o fato evidencia certo nível de comodismo.

De acordo com um dos integrantes da governança do APL, os “convites são sempre feitos aos que ainda não aderiram ao projeto, porém, nota-se em grande parte das vezes que as pessoas convidadas se sentem incomodadas com os insistentes chamados” (Entrevistado 01).

Dessa forma, observa-se que nem todos estão dispostos a ceder parte de seu tempo e trabalhar pelo coletivo, ou seja, trabalhar em e pelo grupo; e apenas participam da Imbitumalhas em função de um objetivo individual, que é o de participar da feira de malhas.

A constatação evidencia que o APL ainda não conseguiu “atrair” a todos os empresários do setor de malhas do município, o que também denota que o sentimento individualista interfere negativamente nos laços de confiança que levam à cooperação.

Observou-se, também, que mesmo entre aqueles que estão inscritos no projeto institucional (do Sebrae), nem todos compareceram à reunião realizada em janeiro (21/01/09), a qual tinha grande importância, uma vez que o objetivo principal era traçar o planejamento estratégico para o ano de 2009.

A iniciativa do projeto de APL, fomentado pelo Sebrae, apenas foi possível com a disponibilidade dos empresários, até então concorrentes, de cooperarem para a concretização de objetivos comuns e também pela sobrevivência.

Entre os atos que permitem identificar a existência de capital social está o contato amistoso entre os integrantes do projeto, observado também durante a reunião, que fora presenciada em 21 de janeiro de 2009.

Quanto à reunião, o facilitador¹³ iniciou estabelecendo de forma participativa um contrato entre todos, que propunha aquilo que não deveria fazer parte da reunião – por exemplo, conversas paralelas e preguiça –, e aquilo que deveria estar presente durante o encontro – por exemplo, otimismo e respeito.

Ao iniciar a reunião, o facilitador dividiu os participantes em grupos de seis pessoas. O objetivo era que os grupos, agora formados, elencassem as possíveis ações que deveriam ser objetivadas em 2009.

Foram levantadas diversas sugestões, que, em seguida, passaram a ser filtradas, a fim de que apenas as julgadas mais importantes e necessárias restassem.

Notou-se, então, no momento do corte que, ao terem suas ações propostas extraídas da relação, os proponentes não se irritavam. Em alguns casos, pequenos debates foram iniciados, porém, sempre com desfecho favorável ao senso coletivo.

A aceitação, por parte dos proponentes, de que suas ações sugeridas ficassem de fora do plano e o aceite de propostas sugeridas por outros, demonstra a disposição em pensar e agir em prol do coletivo.

De acordo com os entrevistados, a cooperação e a convivência entre os participantes aumentaram sensivelmente nos últimos anos. Segundo um dos empresários: “antes um proprietário de malharia não gostava de receber a visita de outro, por que tinha medo que ele observasse os modelos das peças e copiasse ou mesmo porque ele poderia observar mais alguma coisa, como o tipo de maquinário que eu tinha” (Entrevistado 02).

Para a maioria, a atual capacidade de cooperar tem sido estimulada a partir de encontros realizados pelo projeto APL.

Esses encontros ocorrem em função de praticamente duas situações: as reuniões para decisões coletivas e os cursos disponibilizados.

As reuniões podem ser gerais, com participação de todos os envolvidos no projeto, como a reunião presenciada, que tinha por finalidade o desenvolvimento do plano de ação para o APL no ano corrente; ou parciais, com a presença de um determinado grupo de empresários que pode ocorrer, por exemplo, para a conclusão de uma ação proposta no planejamento anual.

Com relação à execução das ações propostas no planejamento estratégico, fora exposto durante a reunião presenciada, e também por grande parte dos entrevistados, que alguns integrantes não concluem as ações que lhes foram delegadas, o que acaba retardando o desenvolvimento do APL e também o nível de confiança e cooperação entre os participantes.

Alguns participantes, inclusive, não se dispuseram a se responsabilizar por algumas das ações propostas para 2009 durante a reunião de planejamento. Foram 18 ações no total, que, dado o número de participantes, poderiam ser igualmente distribuídas entre os presentes. Mas, como a distribuição se deu de forma democrática, alguns empresários se ausentaram de tal responsabilidade.

Nesse momento, alguns participantes tentaram direcionar ações que ainda restavam àqueles que não haviam escolhido alguma, mas o ambiente democrático prevaleceu as ações restantes foram acatadas por outros.

Contudo, ainda assim, a mudança de hábito é perceptível ao ponto que hoje, segundo 100% dos entrevistados, algumas ações demonstram a evolução da cooperação entre os participantes do APL.

Entre essas ações, pode-se citar a troca e, até mesmo, o empréstimo de insumos, que se tornou comum entre os envolvidos no projeto APL, exposto pelos entrevistados.

Assim também acontece com a expertise em realizar determinadas tarefas, conforme evidenciando durante a pesquisa de campo: “já falei pra

¹³ Trata-se de um consultor terceirizado contratado pelo Sebrae para acompanhar *in loco* o desenvolvimento e execução do Projeto de Competitividade do Sebrae.

todos que uma das saídas para a entressafra é a fabricação de peças em malha tecido, assim como eu faço” (Entrevistado 01).

O exposto refere-se ao fato de que, por se tratar de uma região cujo forte da produção é a malha tricô, as peças geralmente são destinadas às estações outono e inverno, o que acaba causando quase paralisação da comercialização e produção durante os meses de primavera e verão. Assim sendo, o empresário compartilhou com os demais uma estratégia que vem aplicando e que está dando certo. Nota-se aqui que, embora concorrentes, a cooperação está presente no interior do APL, assim como a preocupação com o outro, com o grupo, com o coletivo.

O auxílio com o manuseio e até pequenos consertos do maquinário, de uns para com os outros, também foi citado como uma ação costumeira: “[...] a máquina começava a trabalhar e o fio arrebentava, então liguei pra um colega de outra malharia que tem uma máquina parecida, ele me disse para passar parafina no fio antes de utilizar o material. Fiz isso e nunca mais a máquina arrebentou os fios” (Entrevistado 02).

Como a maior parte das vendas é realizada para consumidores que vêm de fora, e esses utilizam do cheque como meio de pagamento, o risco de inadimplência é alto, pois, nos casos de má conduta, os golpistas disseminam seus gastos e compram valores menores, mas em todas as malharias.

Dessa forma, o projeto da Central de Clientes consiste em cadastrar todos os clientes, de todas as malharias, num sistema único e conceder a cada um, de acordo com seu histórico de compras e pagamentos, um limite de crédito para compras em cheque no APL. Assim, cada empresário possuirá um terminal conectado online à associação e terá de alimentar o sistema sempre que um cliente realizar uma compra em sua malharia, dando baixa automaticamente em parte do limite concedido

àquele consumidor. Com essa iniciativa, os demais integrantes do APL, ao receber aquele mesmo cliente em suas lojas, poderão consultar o cadastro e verificar qual o limite que ele ainda dispõe para compras em cheque, reduzindo o risco de inadimplência a todos.

Essa ação, além de evidenciar a evolução do nível de capital social local, quando comparado ao início do APL, será de grande importância para a expansão desse patamar.

4.2 Quanto à Ocorrência e o Tratamento Dado às Ações Oportunistas dentro do APL

Quando questionados sobre a possível ocorrência de ações oportunistas, importante variável que pode reduzir o nível de confiança para a cooperação, conforme exposto por Spellenberg (2001), todos os entrevistados alegaram haver ações desse tipo no interior do APL. Entre as mais citadas, destacaram-se o pagamento de comissões aos guias de excursões e a concessão de mercadorias em consignação. Apenas um entrevistado citou também que há malharias que oferecem café da manhã para grupos de clientes.

As malharias, além de fabricar, também comercializam sua produção no local. Algumas com estruturas maiores, com a loja destacada do espaço destinado à produção, grandes vitrines, manequins expositores e farto espaço para atender aos clientes. Outras dividem o pouco espaço físico entre a produção e a comercialização.

A oferta de café da manhã e o pagamento de comissões aos guias de excursões¹⁴ têm por finalidade reter os clientes na mesma malharia, fazendo, então, com que esses realizem a maior parte de suas compras ali, e assim não se dirijam às outras malharias.

¹⁴ A maior parte das vendas é realizada durante a feira, que geralmente ocorre no mês de abril, e os clientes que chegam ao município com excursões, geralmente, são pessoas e lojistas que compram para revenda. Os principais destinos das peças são as regiões oeste, norte e sul do Paraná; a Região Metropolitana de Curitiba; interior do estado de São Paulo e também de Santa Catarina.

“Tem umas maiores aí, sabe, que fornecem o café da manhã, eles dão mais descontos, que eu acho assim, que é fantasioso o desconto, porque eles elevam o preço e dão 30%, não sei o quê... e daí eles fornecem café da manhã, que nós, que eu não tenho condições de dar café aí pra as excursões. Daí eles tem, tem umas que até proíbem da guia ir em outras malharias, poucas né, mas tem... Vem aqui, olha! Eu te dou café, tanto de desconto... pros guias eles dão peças e peças de malha... mas não me levem em outra malharia.” (Entrevistado 03)

Quanto à oferta de produtos em consignação, é também uma forma de fidelizar o cliente, porém, nesse formato de comercialização, as peças são entregues aos guias que retornam para suas cidades e repassam aos lojistas locais e também varejistas. O grande ponto negativo apontado pelos entrevistados é que os guias acabam não trazendo novas excursões, pois eles mesmos repassam as mercadorias aos clientes de seus municípios. O resultado de tal ação é a concentração de vendas nas malharias que realizam a consignação e conseqüente redução das excursões de compradores ao município, o que, por sua vez, reduz as vendas das demais empresas.

Aqui se faz necessário uma ponderação. O projeto APL iniciou-se há menos de quatro anos, ou seja, antes disso os empresários eram apenas competidores, concorrentes. Apenas a partir desse período em diante que se passou a fazer parte e a exercer um novo paradigma, ou seja, o da competição associada à cooperação.

De acordo com a maior parte dos entrevistados, essas ações ainda acontecem, porém, em menor número hoje do que há tempos atrás.

No entanto, ações de represália a tais práticas são realizadas. Entre as mais comuns, está a exposição dos casos durante as reuniões do grupo. Inclusive, verificou-se uma exposição dessas na reunião presenciada. A exposição foi feita de forma bastante cautelosa, sem citar nomes, mas também sem deixar de demonstrar os riscos desses atos.

Os atos que visam interromper ações de oportunismo têm surtido efeito. Tanto que um exemplo da evolução do pensamento em prol do coletivo em detrimento ao egoísta, com

relação às ações oportunistas, foi dado por um dos entrevistados, por sinal, um dos maiores empresários do APL, quando questionado a respeito: “Não adianta nada apenas eu vender e os menores quebrarem. Isso é ruim pro município, pois os compradores, as excursões, virão para Imituva se tiverem aqui 100 malharias e não duas ou três apenas.” (Entrevistado 05).

De acordo com outro empresário entrevistado, “as pessoas estão amadurecendo a ideia de trabalhar em conjunto.” (Entrevistado 02).

4.3 Quanto ao Sentimento de Pertença e o Nível de Democracia no Acesso aos Parceiros do APL

Outra constatação levantada ao longo das entrevistas e que evidencia a mudança do pensamento individual rumo ao bem-estar do grupo é o fato de que, hoje, maior parte das grandes malharias indica aos clientes que visitam suas lojas a existência de outras fábricas, principalmente as menores e com localização menos privilegiada.

O ato demonstra um elevado teor de solidariedade de sentimento coletivo de pertença ao APL.

4.4 Quanto à Mobilização/Solidariedade entre Atores do APL

Um fato que se pode perceber também são os atos de solidariedade e como os atores do APL ajudam uns aos outros. Em 2008, o marido de uma das empresárias adoeceu e ela teve de se dedicar quase que exclusivamente ao esposo. Então, de pronto, recebeu a disposição dos colegas em auxiliá-la.

Outro caso semelhante é o de uma empresária que teve problemas de saúde com seu filho, tendo de se afastar da gestão de sua malharia por alguns meses. Nesse momento, todos os colegas se prontificaram a ajudar, alguns inclusive se mostraram solidários a ponto de se oferecer

para gerenciar a sua malharia para que ela não parasse a produção enquanto tratava o filho, que teve de ser internado em outra cidade. Outros se ofereceram para realizar tarefas operacionais do dia a dia, como ir ao banco. Um dos integrantes do grupo foi, juntamente com um pastor de sua igreja, visitar o filho da empresária que estava internado em Guarapuava.

Segundo a empresária, “estas ações deram a ela e a família força para enfrentar a tribulação pela qual passavam.” (Entrevistado 06).

4.5 Quanto às Ações de Voluntariado, Ações em Prol da Comunidade (Entorno)

Observou-se, também, que algumas ações partiram do APL e tiveram como objetivo beneficiar a comunidade cívica, ou seja, pela estrutura, cooperação e engajamento dos integrantes do APL, a comunidade fora beneficiada.

Em 2008, um dos empresários recebeu um contato de um hospital localizado no município de Curitiba, onde esteve internado o marido da empresária acima citada, para que orçasse a fabricação de algumas peças, entre elas, cachecóis e gorros para o inverno.

De início, o empresário realizou o orçamento, computando apenas os custos da matéria-prima. Mas, ao comunicar às demais malharias, todas optaram por se unir e doar as peças necessárias. O mutirão contou com a participação de todos integrantes do projeto.

Nota-se, nesse caso, a união e cooperação dos integrantes do grupo para o alcance de um objetivo coletivo para além dos interesses do APL, ou seja, visando à comunidade. A estrutura utilizada nessa ação foi a estrutura do próprio APL, pois a coleta ocorreu na própria sede da Imbitumalhas, sob a coordenação da secretária da associação.

Conforme relato de uns dos entrevistados – o empresário que recebeu o contato do hospital e difundiu a ideia por entre os associados –, houve abundância nas doações e o total de peças

arrecadadas chegou a 800: “Pedi que juntassem algumas peças, pois se todos fizessem, teríamos a quantidade que o hospital necessitava, mas o volume acabou sendo maior, um dos colegas enviou o seu estoque e ainda produziu mais, foram mais de cem peças só dele.” (Entrevistado 01).

Na reunião presenciada, uma das ações propostas para 2009 dentro do planejamento estratégico do APL foi a repetição de uma ação nos mesmos moldes da realizada no ano anterior. A empresária que defendeu a inclusão da diretriz para 2009 informou fazê-lo porque “uma ação dessa ajuda a unir o grupo.” (Reunião APL).

4.6 Quanto à Participação Cívica

Em relação à questão cívica, o APL pouco tem contribuído a seus integrantes e muito menos ao seu entorno.

Todos os entrevistados demonstraram intenção de permanecer à margem do processo democrático do município. Em Imbituva, a política é vista, conforme exposto por um dos entrevistados, como “algo que não é sério”.

Observou-se, com relação à questão política, que o governo local pouco tem contribuído para o desenvolvimento do APL. Na verdade, algumas ações chegam a prejudicar o projeto, quando, na verdade, cabe ao poder público local ser um articulador de projetos de desenvolvimento, retomando Boisier (1989).

Exemplo disso está a entrega do espaço, até então locado para a escola técnica de corte e costura, por ser o locador um integrante do partido que foi derrotado nas eleições de 2008, e que no momento era o partido da situação. Outra evidência é a inexistência de investimento junto ao APL, ficando a prefeitura restrita a ceder os barracões durante a realização da feira anual de malhas.

A participação cívica é de grande importância tanto para o desenvolvimento local como também para a efetivação do APL como uma estratégia para o alcance do desenvolvimento. Serra

e Paula (2006, p. 15) atestam que para a efetividade do APL há necessidade de um fortalecimento do papel de estado, de forma que suas instituições, principalmente aquelas relacionadas à área do ensino e treinamento da força de trabalho e à geração e difusão de tecnologia, se tornem capazes de se integrar ao ambiente empresarial local. Em outras palavras, isso significa uma remodelação da política industrial pautada pela lógica de sistemas locais de inovação e de uma postura mais ativa do estado como um todo.

A constatação realizada a partir da análise realizada é de que a política é tida como uma dimensão para além da responsabilidade de cada um, ou seja, como se vivenciássemos uma democracia representativa. Os empresários do APL demonstraram certa aversão ao âmbito político, principalmente em função das más administrações, conforme evidenciado ao longo das entrevistas e do pouco apoio que recebem dos governantes locais.

Dessa forma, não se observa os reflexos expostos por Bandeira (2007), apresentados já neste artigo. Também não se cumpre o exposto por Spellenberg (2001), pois, de acordo com a autora, um elevado nível de capital social tende a uma alta capacidade e responsabilidade no monitoramento das ações dos candidatos eleitos e, por consequência, a realização de *feedbacks* da atuação deles por parte da sociedade.

4.7 Quanto à Participação em Outras Associações no Município

Constatou-se, também, a realização de outras ações iniciadas individualmente por integrantes do APL, com objetivos em prol da comunidade.

Evidenciou-se, durante as entrevistas, que 100% dos empresários doam retalhos de sua produção às instituições de caridade, tais como o Clube de Mães do município, APAE, entre outros. Observou-se que todos realizam as entregas tendo em vista o bem-estar da comunidade. Também

são contempladas instituições de cidades vizinhas. Durante a realização de uma entrevista, verificou-se a solicitação de uma pessoa pelos retalhos, a qual fora atendida prontamente.

Outra ação também foi observada durante uma entrevista. Uma empresária, com grande engajamento na Igreja Católica, dirigiu-se até os colegas do APL para coletar prendas que seriam sorteadas e distribuídas em atividades durante a festa do padroeiro da cidade, Santo Antônio. A empresária arrecadou peças doadas por praticamente todos os integrantes do projeto APL.

Nesse caso, a partir de uma integrante do projeto, houve integração direta entre a Igreja local e o próprio APL, beneficiando, assim, a comunidade local.

Também em relação à interação do APL, mesmo que indireta com as igrejas locais, está em andamento um projeto junto à Igreja Luterana do município. A ideia da parceria iniciou-se quando um dos empresários, e também representante da governança do APL, solicitou à igreja o salão de festas da paróquia que seria locado para a festa de formatura do curso realizado em janeiro de 2008, que havia sido aberto à comunidade. A igreja, então, cedeu gratuitamente o espaço para a realização da formatura, na qual estiveram presentes 150 pessoas, e cuja comida e bebida foram produzidas pelos formandos. Nesse momento surgiu o interesse da igreja em captar e capacitar pessoas, no que tange à qualificação técnica.

Constatam-se, então, diferentes formas de ações voluntárias, ainda que a participação em organizações civis formalmente estabelecidas seja restrita. A importância de tais atos é exposta por Bandeira (2007), Woolcock *apud* Bandeira (2007) e Nazzari *et al.* (2004).

5 Considerações Finais

A busca pelo desenvolvimento é uma constatação entre regiões e países do globo. Conceito que evoluiu nas últimas décadas, deixando, então, de ser visto apenas como evolução da renda per capita local e passando a ser desenvolvimento com inclusão e igualdade social, com preservação ambiental, com respeito à cultura e às instituições locais.

Entre as estratégias locais apontadas para a busca pelo desenvolvimento regional está a formação de APLs.

O que distingue um APL, seja embrionário, seja consolidado, de uma simples aglomeração de empresas, é a capacidade de organização coletiva, o

associativismo e a difusão de conhecimentos. Nota-se, então, que o capital social torna-se uma condicionante vital para a existência e sucesso do APL.

A pesquisa realizada com atores envolvidos no APL de Imbituva evidenciou que houve uma grande evolução no que tange à cooperação e à confiança entre os empresários participantes. Entretanto, ainda existem resistências, tanto que parte dos empresários não participa ativamente do projeto instituído pelo Sebrae, e que é um dos aglutinadores dos atores do arranjo.

O APL realizou ações voltadas ao seu entorno, ou seja, à comunidade, com consequências positivas para o meio e para o próprio arranjo, no que diz respeito ao capital social. Ações as quais ajudaram no fortalecimento das relações do grupo com o entorno.

- Recebido em: 08/04/2011
- Aprovado em 01/12/2011

Referências

AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em ambiente federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília, n.14, p.35-70, dez.1996.

_____. **É negócio ser pequeno, mas em grupo**: desenvolvimento em debate; painéis do desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

BANDEIRA, Pedro Silveira. Diferenças regionais quanto ao capital social e crescimento econômico no Rio Grande do Sul. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.12, n.1, p.93-124, jan./abr. 2007.

_____. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, Dinizar F.; BANDEIRA, Pedro S. (Org.). **Determinantes e desafios contemporâneos**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p.23-128.

BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Trazendo o cidadão para a arena pública: capital social e empoderamento na produção de uma democracia social na América Latina. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.12, n.1, p.93-124, jan./abr. 2007.

BECKER, Dinizar F. Economia política do (des)envolvimento regional contemporâneo. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton Luiz (Org.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p.37-66.

_____; WITTMANN, Milton Luiz (Org.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003. p. 229-244.

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2007. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl.pdf>. Acesso em: 20 out. 2007.

BOISIER, Sérgio. **Conversaciones sociales y desarrollo regional**. Talca: Universidad de Talca, 2000.

_____. Desarrollo (local): de que estamos hablando? In: MADERO, Oscar; VAZQUEZ BARQUERO, Antonio. **Transformaciones globales, instituciones y políticas de desarrollo local**. Rosário: Homo Sapiens, 2001.

_____. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. **Planejamento e Política Públicas**. Brasília, n.13, p.111-145, jun. 1996.

_____. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAD, Paulo R. (Org.). **Economia regional**: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB-ETENE, 1989. p.589-694 .

CAPORALI, Renato; VOLKER, Paulo (Org.). **Metodologia de desenvolvimento de arranjos produtivos locais**. Brasília: SEBRAE, 2004. Projeto Promos.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena M. M.; SZAPIRO, Marina. **Arranjos e sistemas produtivos locais e proposições de políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro, 2000. Projeto de pesquisa arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas. Nota Técnica 27.

COLEMAN, James S. **Foundations of social theory**. Cambridge: Harvard University, 1990.

FARIAS, Iracema Q.; FARIA, Maria V. C. M. Capital social e a formação de grupos solidários do Programa Crediamigo: desafios e possibilidades. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v.8, n.17, p.107-129, maio/ago. 2008. Disponível em: <http://www.iceg.pucminas.br/espaco/revista/17_6Capital%20Social%20e%20a%20%20formação.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2012.

FLORES, Margarita; RELLO, Fernando. Capital social: virtudes y limitaciones. In: CONFERENCIA REGIONAL

SOBRE CAPITAL SOCIAL Y POBREZA, Santiago de Chile, . 2001. **Anais eletrônicos...** Santiago de Chile: CEPAL, Universidad del Estado de Michigan, 2001. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/prensa/noticias/comunicados/3/7903/flores-reello.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2009.

FRANCO, Augusto de. **Capital social**. Brasília: Instituto de Política Millennium, 2001.

_____. **Pobreza e desenvolvimento local**. Brasília: AED, 2002.

FRANCOIS, Patrick. **Social capital and economic development**. New York: Routledge, 2002.

FUKUYAMA, Francis. **Confiança: as virtudes sociais e a criação da prosperidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

IBGE. **Documentação territorial do Brasil**. Biblioteca: Imbituva [s.d.]. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/parana/imbituva.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2012.

_____. **IBGE cidades@**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?>>. Acesso em: 24 fev. 2009.

IPARDES. **Arranjo produtivo local de malhas do município de Imbituva**: estudo de caso. Curitiba, 2006.

_____. **Arranjo produtivo local do vestuário de Cianorte**: nota técnica. Curitiba: IPARDES, 2006.

_____. **Arranjos produtivos locais do Estado do Paraná**: identificação, caracterização e construção de tipologia. Curitiba: IPARDES, 2006.

_____. **Base de dados do Estado - BDEweb**. Disponível em: <<http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 21 fev. 2009.

_____; BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - BRDE . **Leituras regionais**: mesorregião geográfica sudeste paranaense. Curitiba, 2004.

_____; PARANÁ. Secretaria do Planejamento. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná**. Etapa 1: Identificação, mapeamento e construção da tipologia das aglomerações produtivas. Curitiba, 2005a.

_____; _____. **Identificação, caracterização, construção de tipologia e apoio na formulação de políticas para os arranjos produtivos locais (APLs) do Estado do Paraná**. Etapa 3: Caracterização estrutural preliminar dos APLs pré-selecionados e nota metodológica para os estudos de caso. Curitiba, 2005b.

KELLER, Paulo Fernandes. **Clusters, distritos industriais e cooperação interfirmas**: uma revisão de literatura. Economia e Gestão, Belo Horizonte, v.8, n.16, p.30-47, 2008. Disponível em: <http://www.iceg.pucminas.br/espaco/revista/16Clusters%20,%20distritos%20industriais%20e%20cooperação%20in_terfir..pdf>. Acesso em: 15 dez. 2008.

MATOS, Richer Andrade de. **Arranjo produtivo local (APL) como gerador de capital social**: o caso do APL de Imbituva-PR. 2009. 110 f. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento) -. FAE Centro Universitário Franciscano, Curitiba, FAE, 2009.

MYTELKA, L. K.; FARINELLI, F. **Local clusters**: innovation systems and sustained competitiveness. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia, 2000. Projeto Arranjos e sistemas produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Nota Técnica n. 5

NAZZARI, Rosana Kátia et al. Desenvolvimento sustentável e capital social: confiança, cooperação e participação política no Paraná. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 3., Cascavel, 2004. **Anais eletrônicos...** Cascavel, 2004. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/IIISeminario/artigos/Artigo%2012.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2009.

SALANEK FILHO, Pedro. **Capital social e cooperativismo agropecuário no processo de desenvolvimento sustentável local**: uma avaliação da região de atuação da cooperativa Copacol. 2007. 160p. Dissertação (Mestrado em Organizações e Desenvolvimento). FAE Centro Universitário, Curitiba, 2007.

SERRA, Maurício A.; PAULA, Nilson M. de. **Desenvolvimento local**: a experiência paranaense com os arranjos produtivos locais. 2006. Disponível em: <http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/textos_discussao/texto_para_discussao_ano_2006_texto_19.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2012.

SILVA, Christian Luiz da. Proposta de um modelo de monitoramento e avaliação do desenvolvimento sustentável. In: SILVA, Christian Luiz da (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: um modelo analítico integrado e adaptativo. Petrópolis: Vozes, 2006. p.15-28.

_____; MENDES, Judas Tadeu Grassi (Org.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável**: agentes e interações sobre a ótica multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____; SALANEK FILHO, Pedro. Capital social e cooperativismo no processo de desenvolvimento sustentável: estudo da cooperativa Bom Jesus da Lapa. In: OLIVEIRA, Gilson Batista; SOUZA-LIMA, José Edmilson (Org.). **O desenvolvimento sustentável em foco**: uma contribuição multidisciplinar. São Paulo: Annablume, 2006. p. 143-166 .

SOUZA-LIMA, José Edmilson. Elementos endógenos de desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. In: OLIVEIRA, Gilson Batista; SOUZA-LIMA, José Edmilson (Org.). **O desenvolvimento sustentável em foco**: uma contribuição multidisciplinar. São Paulo: Annablume, 2006. p.31-43.

SPELLENBERG, Anne. Framework for the measurement of social capital in New Zealand. **Research and Analytical**, Wellington, Nova Zelândia, n.14, 2001.

VASQUEZ BARQUERO, Antônio. **Desarrollo económico local y descentralización**: aproximación a un marco conceptual. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

_____. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.